

PROJETO ALFA *TUNING* AMÉRICA LATINA NO BRASIL: METAGOVERNANÇA E PRODUÇÃO DE SUBJETIVIDADES

Jeinni Kelly Pereira Puziol

Universidade Estadual de Maringá (UEM)

puzioljk@gmail.com

INTRODUÇÃO

Este texto apresenta resultados de pesquisa sobre o desenvolvimento do Projeto Alfa *Tuning* América Latina (PATAL¹) no Brasil e sua realização no contexto da prática de universidades brasileiras (PUZIOL, 2017). De acordo com documentos oficiais, o PATAL é uma proposta de afinação da educação superior latino-americana a partir de referenciais curriculares europeus (BENEITONE *et al*, 2007). Envolveu instituições de ensino superior (IES) de 19 países da América Latina, em duas fases (2004-2007 e 2011-2014), foi financiado pela Comissão Europeia, coordenado pelas Universidades de Deusto (Espanha) e Groningen (Países Baixos) e abrangeu as seguintes áreas: Administração de Empresas, Agronomia, Arquitetura, Direito, Educação, Enfermagem, Engenharia Civil, Física, Inovação Social, Geologia, História, Matemática, Medicina, Psicologia e Química (BENEITONE *et al*, 2007).

A metodologia do PATAL, denominada *tuning*, objetivou promover mudanças na estrutura e no conteúdo da educação superior a partir de três eixos: a) elaboração do perfil do curso/diploma (competências gerais e específicas); b) redesenho dos programas de ensino (Crédito Latino-Americano de Referência (CLAR)); c) sistema de ensino centrado no estudante (BENEITONE *et al*, 2007). Seu objetivo é produzir um espaço de competitividade, comparabilidade e compatibilidade do ensino superior latino-americano, tendo como referência a educação superior europeia (BENEITONE *et al*, 2007).

O referencial teórico utilizado para análise pautou-se no ciclo de políticas, amparando-se, principalmente, nos seguintes autores: Bowe e Ball (1992), Harvey (2013), Ball (2018) e Jessop (2002). A metodologia baseou-se no estudo dos relatórios oficiais do projeto (BENEITONE *et al*, 2007; LÓPEZ *et al*, 2014), entrevistas semiestruturadas com seis docentes de universidades participantes e análise de seis projetos pedagógicos de cursos (PPC). Foram elaboradas seis

¹ Abreviação utilizada na pesquisa e neste artigo para se referir ao projeto em questão.

categorias de análise do PATAL a partir do conteúdo das entrevistas: tramitação no Brasil, interpretações, concepção de internacionalização da educação superior, CLAR, dificuldades na implementação e PPC.

DESENVOLVIMENTO

Na categoria “tramitação do PATAL” constatou-se que a Secretaria de Educação Superior (SESu) do Brasil, foi contatada pela coordenação geral da Universidade de Deusto, a fim de apresentar o conteúdo do projeto e as condições de desenvolvimento. Todavia, a SESu desconhecia a intenção do Brasil em fazer parte de tal proposta. Após discussão interna na SESu, chegou-se ao consenso de acompanhar o desenvolvimento do PATAL, mas sem a adesão institucional do governo brasileiro (PUZIOL, 2017). A SESu e também a Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES) foram interlocutoras no desenvolvimento do projeto no país, participando de reuniões, indicando pessoas para a formação do Centro Nacional *Tuning* e indicando docentes (inicialmente por convites formais e, posteriormente, informais).

Na categoria “interpretações” verificou-se que, para a maioria dos entrevistados, o PATAL se trata de uma oportunidade de conhecimento mútuo sobre a educação superior europeia e latino-americana, configurando-se como uma possibilidade de diálogo entre distintas instâncias de formulação de políticas e gestão educacional, que pode proporcionar a aproximação entre universidades e mercados e possibilitar a validação de títulos, a mobilidade acadêmica e a identificação de problemas pedagógicos.

Na categoria “concepção de internacionalização da educação superior”, a maioria dos entrevistados considera que a internacionalização da educação superior é fundamental no cenário societário atual e, portanto, o Brasil precisa estar atento às possibilidades de internacionalização e considerar as oportunidades de construção de redes de conhecimento oferecidas pelo PATAL (PUZIOL, 2017).

Na categoria “CLAR” foi destacado que a contabilização por créditos em larga escala é o principal ganho no debate proposto pelo PATAL (PUZIOL, 2017). De acordo com os entrevistados houve uma reunião no Brasil para apresentação do CLAR para representantes de IES públicas e privadas e para o Conselho de

Reitores das Universidades Brasileiras (CRUB). Porém, poucas pessoas participaram, o que não invalida a importância do debate realizado sobre o CLAR.

Na categoria “dificuldades do contexto da prática” destacou-se a resistência docente, a falta de financiamento e as contingências locais das universidades como principais obstáculos para realização do PATAL (PUZIOL, 2017). E na categoria “PPC” foram analisados seis nos cursos de: História (DHI, 2009), Matemática (DME, 2015) e Química Industrial (DEQUI, 2016). Os dados revelam que o PCC não sofreu nenhuma alteração com relação às diretrizes do PATAL. Já os cursos de Engenharia Civil (FECIV, 2008) e Direito (FD, 2012) incorporaram a elaboração do perfil do egresso a partir da definição de competências gerais e específicas, tendo como referências as competências do PATAL e o diálogo realizado com discentes e docentes do curso (PUZIOL; BARREYRO, 2018).

RESULTADOS

Em síntese, a realização do PATAL no contexto da prática apontou para dois segmentos na análise das políticas educacionais: a metagovernança e a produção das subjetividades. A tramitação do PATAL evidencia a elaboração da política sob a forma da metagovernança, marcada pelo deslocamento da burocracia dos Estados para a constituição de redes entre sujeitos. Ao mesmo tempo em que temos Estados mais vigilantes, avaliadores, também temos uma pulverização do poder, transferência de responsabilidade na forma da metagovernança (JESSOP, 2002). Há uma nova “antropologia da política”, marcada pela presença de outros tipos de sujeitos políticos, outros atores, com um mercado de soluções (BALL, 2018). No caso do PATAL, estão presentes os parâmetros neoliberais de competitividade, característicos da EU, na busca por mercados e mentes (ROBERTSON, 2002).

As interpretações, a concepção de internacionalização, as dificuldades de implementação e os PPCs fazem parte do processo de produção de subjetividades, que não são apenas ideias, teorias, referências impostas por blocos regionais hegemônicos de maneira unívoca, mas formas e conteúdos de políticas educacionais que vão sendo constituídos em conjunto, pois a subjetividade é polifônica e plural (MÉNDEZ, 2011). A competitividade neoliberal não é apenas externa, mas introjetada internamente, fazendo os indivíduos empresários de si mesmo (BALL, 2018). Se não trazem efeitos imediatos, podem legitimar políticas

futuras, formas de vida e pensamento. Além do formato da metagovernança, estamos tratando de empobrecimentos simbólicos que vão minando as experiências coletivas, psíquicas, afetivas e cognitivas (MÉNDEZ, 2011).

REFERÊNCIAS

- BALL, S. J. Política Educacional Global: reforma e lucro. **Revista de Estudios Teóricos y Epistemológicos en Política Educativa**, v. 3, p. 1-15, 2018.
- BENEITONE, P. et al. **Reflexões e Perspectivas da Educação Superior na América Latina**: informe final do Projeto *Tuning* – 2004-2007. Bilbao: Universidade de Deusto, 2007.
- BOWE, R.; BALL, S. J. **Reforming Education & changing schools**: case studies in policy sociology. London: Routledge, 1992.
- JESSOP, B. **The future of the capitalist state**. Cambridge: Polity, 2002.
- LÓPEZ, A. M. M. et al. **Educación Superior en América Latina**: reflexiones y perspectivas en Educación. Bilbao: Universidade de Deusto, 2014.
- MÉNDEZ, M. L. **Procesos de subjetivación**: ensayos entre antropología y educación. Entre Ríos: Editorial Fundación la Hendija, 2011.
- PUZIOL, J. K. P. **Educação superior e políticas inter-regionais**: um estudo sobre o Projeto Alfa *Tuning* América Latina nas universidades brasileiras. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.
- PUZIOL, J. K. P; BARREYRO, G. B. Projeto Alfa *Tuning* América Latina: entre a elaboração e a implementação nas universidades brasileiras participantes. **Acta Scientiarum, Education**, v. 40, e37338, 2018.
- ROBERTSON, S. L Política de re-territorialização: espaço, escala e docentes como classe profissional. **Curriculum sem fronteiras**, Rio Grande do Sul, v. 2, n. 2, p. 22-40, jul./dez. 2002.